

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 08/05/2015

- [Crianças são vítimas de exploração sexual na região do Marajó](#)
- [Vara de Imperatriz faz passeio ciclístico contra abuso de crianças](#)
- [Literatura muda a vida de jovens infratores no Distrito Federal](#)
- [Salas especiais humanizam o depoimento de criança vítima da violência](#)
- [Acolhidos em abrigos de Maracanaú são reintegrados às famílias](#)
- [Trabalho de mães sociais dá família e casa a jovens abandonados em PE](#)
- [Casal faz anúncio em jornal do Pará para "adotar" babá de 12 a 18 anos](#)
- [Menino africano é encontrado em mala na fronteira espanhola](#)
- [Filhos de detentos com dificuldade para obter registro](#)
- [Mãe Coruja inaugura duas novas unidades no Recife](#)

Assunto: Crianças são vítimas de exploração sexual na região do Marajó

Fonte: Portal Andi

Data: 08/05/2015



Na tarde dessa quarta-feira (6) a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, debateu casos de exploração sexual de crianças e adolescentes na região do Marajó, no Pará. O debate contou com a presença de representantes do governo do Estado e representantes de instituições não governamentais que atuam no combate à violência sexual de menores de idade. A defensora pública Rita Cristina de Oliveira Tomaz enfatizou a importância do debate e citou a Igreja Católica como aliada no combate a esse tipo de crime no Marajó. “O Arquipélago do Marajó tem suas crianças e adolescentes entregues ao abuso sexual e à exploração sexual infantil com o privilégio de uma invisibilidade social que redunde em uma crueldade que é indescritível. A gente pensar no aparelhamento das estruturas federais e instituições federais nessa região tão vulnerável que é o Marajó. Quem sabe assim conseguimos um efetivo tratamento a ser dado para esse problema”. A coordenadora da Comissão Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), irmã Henriqueta Cavalcanti, e o bispo da paróquia do Marajó, Dom José Ascona, relataram casos de abuso de meninas e meninos que eles têm acompanhado na região. Irmã Henriqueta contou que crianças ribeirinhas têm trocado a escola pela rotina de vida nas balsas, onde, segundo ela, constantemente acontecem os crimes de exploração sexual. “Essa realidade das balsas, ela não é uma realidade que tá distante e é desconhecida. E nós queremos trazer o clamor, o desespero dessas crianças que não têm mais infância; não sabem o que é viver. Porque a vida delas simplesmente se divide em estar subindo de balsa em

balsa”. De acordo com Irmã Henriqueta, meninas dos municípios de Portel, Breves, Melgaço e Curralinho relataram que têm esperança de, nas balsas, encontrarem alguém que possa tirá-las da condição de pobreza e dar a elas uma vida melhor. A irmã e o bispo também ressaltaram que sofrem constantes ameaças por combaterem esse tipo de crime na região. O deputado Arnaldo Jordy, do PPS do Pará, proponente do debate, sugeriu, como resultado da audiência, a adoção de medidas repressivas na região do Marajó. Ele pediu uma operação conjunta das Polícias Federal e Estadual, com a presença reforçada de entes públicos que atuam na defesa dos direitos humanos das crianças e adolescentes.

Assunto: Vara de Imperatriz faz passeio ciclístico contra abuso de crianças

Fonte: CNJ

Data: 08/05/2015



A Vara da Infância e da Juventude de Imperatriz realiza, no próximo dia 17, passeio ciclístico que tem por objetivo o combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes. A concentração acontece a partir das 7h, em frente ao fórum. A saída do local está prevista para as 8h. A ação é coordenada pelo titular da vara, juiz Delvan Tavares. Magistrado e servidores da unidade participam do passeio.

Em sua segunda edição, o evento, que faz parte da Semana de Combate ao Abuso Sexual de Crianças, inova no trajeto e, saindo da região central da cidade, irá percorrer as ruas de bairros da periferia de Imperatriz. O trajeto, mais longo, busca alertar uma maior parcela da população da importância de denunciar esse crime. Ao final do passeio, os participantes serão brindados com um café da manhã.

Com vistas a reunir um número significativo de participantes na iniciativa que antecede o Dia Nacional do Combate ao Abuso Sexual de Crianças, celebrado em 18 de maio, a Vara da Infância está divulgando o passeio ciclístico em rádios, bem como em visitas a escolas, igrejas e outras instituições. Para participar do evento, não é necessário se inscrever, apenas comparecer ao local da concentração com bicicleta. Camisas alusivas ao passeio serão distribuídas entre os participantes.

Selo - Além do evento, a Semana de Combate ao Abuso Sexual de Crianças conta ainda com palestras sobre o tema a ser proferidas por profissionais das áreas de direito e psicologia em escolas da cidade. A entrega de um selo de reconhecimento a estabelecimentos comerciais (bares e similares) que respeitam os direitos da criança e dos adolescentes, em cumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e à portaria editada pela Vara da Infância, também consta da programação.

Na primeira edição do Passeio Ciclístico promovido pela Vara da Infância de Imperatriz, em maio de 2014, cerca de 300 pessoas participaram do evento.

Assunto: Literatura muda a vida de jovens infratores no Distrito Federal

Fonte: CNJ

Data: 08/05/2015



“Para se ter opinião e senso crítico é preciso ler muito, se dotar de conhecimento”. A afirmação é do adolescente Vítor*, jovem infrator que cumpre medida socioeducativa há um ano na Unidade de Internação de Santa Maria, Distrito Federal. Quando entrou no sistema, Vítor jamais havia lido um livro, e seus planos giravam em torno das drogas e do crime. A mudança brusca é resultado do “Projeto Leitura – a Arte do Saber”, uma biblioteca itinerante que percorre a unidade entregando livros aos 150 jovens do local.



O projeto foi desenvolvido pela Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude em parceria com a Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, por meio da Rede Solidária Anjos do Amanhã, e com a rede de postos de gasolina Gasol, que já doou mil livros. A intenção é ampliar o projeto para as outras cinco unidades de internação do DF, com a arrecadação dos livros contemplando cerca de 900 jovens.

De acordo com o juiz titular da Vara de Infância e Juventude, Renato Rodovalho, os jovens leem os livros e passam por acompanhamento. Uma equipe de voluntários avalia e corrige os resumos feitos por eles, condição fundamental para que passem a ter acesso a outras leituras.

“A medida socioeducativa, sem acesso à leitura, perde sua natureza. Embora exista a reprimenda e cerceamento de liberdade, a intenção é propiciar um contexto socioeducativo”, diz Rodovalho. Para ele, a cultura e o livro abrem um mundo diferente para o ser humano, justamente no momento em que esses adolescentes se encontram em uma fase de projeto de vida.

Outra realidade – Esse foi o caso de Vítor, que quando chegou à instituição não fazia ideia da importância que os livros poderiam ter para sua vida. “O livro me levou para outra realidade, passei a me sentir como outra pessoa na sociedade. Li livros de história e passei a querer ser igual ao Mandela, Kant, a querer fazer a diferença. A gente aprontou, matou, roubou, fez várias coisas ruins, mas somos capazes de nos dotar de conhecimento e mudar”, diz o jovem, que terminou o ensino médio e estuda para o Enem. “Eu queria ser independente e o crime era um dinheiro fácil. Agora eu só quero mostrar quem sou por meio da dança, da

música. Vou me afastar das pessoas que eu conhecia, a minha vida será de batalha. Hoje eu alcanço minha calma na leitura”, acredita.

Os livros que fazem parte do projeto são arrecadados nas varas de Justiça, fóruns, secretarias do governo e até em postos de gasolina. De acordo com o juiz Rodovalho, a maioria dos adolescentes internados já estava afastada da escola antes de cumprir a medida. “A gente verifica o crescimento do adolescente, uma mudança de atitude que beneficia não só ele como toda sociedade, uma vez que o projeto colabora para diminuir a reincidência criminal”, acredita o magistrado.

Na Unidade de Internação de Santa Maria, não há televisão nos quartos, o que facilitou a aproximação dos jovens com os livros. “No módulo não tem televisão, eu acho bom, se eu tivesse eu não chegaria à leitura. Mas agora nada pode me separar dela, mesmo que tivesse TV eu ia querer ler, isso vou levar para a vida toda”, conta Vítor. Ele ainda não sabe qual faculdade quer cursar, mas tem um sonho: “quero mostrar para uma criança da periferia que o sonho dela pode ser alcançado sem precisar entrar para o crime. Eu poderia ter tido outro destino na vida”, diz.

Assunto: Salas especiais humanizam o depoimento de criança vítima da violência

Fonte: CNJ

Data: 08/05/2015



O depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física e psicológica em processos que tramitam na Justiça do Maranhão é coletado em salas especiais, estruturadas com equipamentos audiovisuais, interligados à sala de audiência onde estão presentes juiz, promotor, advogados e partes. O procedimento consiste em receber a criança ou adolescente 30 minutos antes da audiência nas dependências do fórum. A vítima

é conduzida à sala de depoimento especial, onde é ouvida por profissional competente. Todos podem ver, ouvir e participar fazendo perguntas ao facilitador. Após o depoimento, o magistrado decide sobre o andamento do processo e as implicações com as partes envolvidas.

Para a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, o depoimento especial humaniza o atendimento e evita a revitimização das crianças e adolescentes. “Esse procedimento leva em consideração o seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão dos fatos, evitando qualquer tratamento intimidativo ou constrangedor”, ressalta a magistrada.

Os espaços estruturados estão em funcionamento nas comarcas de São Luís, Bacabal, Santa Inês, Imperatriz, Caxias, Timon, Raposa, Coelho Neto, Coroatá, São Mateus e Chapadinha. As próximas salas serão implantadas nos fóruns das comarcas de Pinheiro, Santa Luzia do Paruá e São João dos Patos, totalizando 14 em todo o estado.

Sem constrangimento - Na avaliação do desembargador Jamil Gedeon, responsável pela Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) do tribunal, nas salas especiais as vítimas e testemunhas se sentem mais à vontade para narrar os fatos relacionados ao crime, com a presença de profissionais capacitados, e sem sofrer nenhum tipo de constrangimento ou ameaça.

No Maranhão, o primeiro espaço especializado na coleta do depoimento de crianças foi instalado em 2008, no Fórum de Coelho Neto, antes mesmo da recomendação feita pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2010. O espaço é coordenado pela juíza membro da CIJ, Karla Jeane Matos, também titular daquela comarca.

“Essa conquista representa a realização de um anseio de todos os profissionais que atuam na área da infância e da juventude e, principalmente, da sociedade. Garante maior segurança no julgamento dos respectivos casos, tendo em vista que os relatos serão mais fidedignos ao preservarmos a integridade emocional das vítimas, em um ambiente apropriado”, defende o juiz Marco Aurélio Marques, diretor do Fórum de São Mateus.

Prêmio - A implantação das salas de depoimento especial cumpre a Resolução nº 33/2010 do CNJ, que recomendou a criação de serviço especializado na oitiva de menores de idade, vítimas ou testemunhas de crimes, no qual a palavra da criança e do adolescente é valorizada na produção de provas testemunhais para a responsabilização dos agressores. A iniciativa foi uma das que levou o Conselho a premiar o TJMA com o Selo Infância e Juventude, na categoria Bronze, pelas boas práticas na promoção dos direitos da criança e adolescente.

Assunto: Acolhidos em abrigos de Maracanaú são reintegrados às famílias

Fonte: CNJ

Data: 08/05/2015



Oito acolhidos, entre crianças e adolescentes, em abrigos situados no Município de Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza, foram reintegrados às suas famílias. A ação é fruto das chamadas Audiências Concentradas realizadas pelo juiz titular da 2ª Vara Cível do Município de Maracanaú, Augusto César de Luna Cordeiro, em abril.



De acordo com o magistrado, o trabalho tem procurado incentivar as famílias a receberem as crianças de volta ao convívio familiar. “Nós identificamos os casos, acompanhamos a situação dos abrigos e realizamos as audiências. Quando é possível, promovemos a reintegração à família biológica das crianças e dos adolescentes acolhidos”, explica o juiz Augusto César.

Em abril, foram visitados os abrigos Domiciliar, Casa Família Maria Mãe de Ternura e o Instituto Professor Elias Cavalcante de Andrade. As audiências foram realizadas em parceria com a equipe multidisciplinar da prefeitura municipal (áreas da Saúde, Assistência Social, Educação, Trabalho/Emprego e Habitação), do Conselho Tutelar e de servidores da 2ª Vara Cível.

Audiências concentradas - A medida está de acordo com o Provimento nº 32/2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a realização semestral de audiências concentradas nas dependências das entidades de acolhimento, com presença de juiz e de representantes do sistema de garantia dos direitos da criança e adolescente. O objetivo é reavaliar cada uma das medidas protetivas. A iniciativa também leva em conta o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Assunto: Trabalho de mães sociais dá família e casa a jovens abandonados em PE

Fonte: Portal G1 PE

Data: 08/05/2015



Elas trabalham em casas-lares com crianças que perderam seus pais. Regulamentada por lei, profissão garante afeto e atenção aos menores.



Mães sociais não escondem que carinho e atenção são segredo para o sucesso da atividade

Jessina Teixeira vai comemorar o Dia das Mães várias vezes neste domingo (10). Aos 47 anos, se orgulha em dizer que já teve mais de 30 filhos. Só dois são biológicos. Todos os outros são de coração, mas passam mais tempo com ela que os primogênitos. Cuidar deles é o trabalho de Jessina: ela é uma mãe social e vive em uma casa-lar que acolhe oito crianças abandonadas no Recife. Passa os dias e as noites lá, só vai para a própria casa nas folgas. Ganha para ser a família que os meninos não têm e faz isso com muito carinho. Dayse Brandão e

Claudete Silva desempenham a mesma função, assim como milhares de brasileiras que assinam a carteira de trabalho como mãe social.

A profissão é regulamentada pela Lei Federal 7.644 de 1987, a Lei da Mãe Social. Mesmo assim, muitas vezes é confundida com o ofício de cuidadora. Para as mães, no entanto, a diferença é grande. “Nos abrigos, as cuidadoras precisam dar atenção a muitas crianças e estão sempre mudando. Aqui não. Somos sempre nós. Estamos o dia todo com os meninos e acabamos criando vínculos afetivos com eles”, explica Jessina, que exerce a profissão há oito anos entre casas de Pernambuco e do Paraná. “A proposta da casa-lar é promover um ambiente familiar, evitando a institucionalização decorrente do acolhimento tradicional”, completa a assistente de desenvolvimento familiar Betânia da Silva.

Segundo elas, a casa-lar difere do abrigo por promover um atendimento individualizado. “O acolhimento convencional trabalha mais com o grupo, mas nas casas-lares o foco é a criança. As mães-sociais acolhem os menores como um filho. Sua função é desenvolvê-los de forma integral, por isso precisam ter sensibilidade para olhar cada um, perceber e atender suas necessidades”, explica Betânia, lembrando que essa relação ainda cria laços afetivos entre acolhidos e acolhedores. Jessina não nega. “Quando você começa a conhecer os meninos e

ouvir suas histórias, se envolve e não consegue mais largar. Eu mesma estou contaminada, não saio mais daqui”, confessa.

O afeto está implícito na atividade porque, como afirma a própria lei 7.644, cabe à mãe social “propiciar o surgimento de condições próprias de uma família, orientando e assistindo os

“

As crianças chegam em situações muito difíceis. São abandonadas pela família, maltratadas. Muitas chegam aqui revoltadas e agressivas. Mas nós conversamos com elas, mostramos que estamos aqui para ajudá-las. Damos carinho, atenção e educação.

Vamos conhecendo o jeito de cada uma e conseguimos tratá-las do jeito que elas precisam. Muitas vezes a gente dá o que elas nunca tiveram. Com isso, vamos ganhando respeito e afeição. E a mudança delas é clara. Ficam mais felizes, carinhosas. É uma alegria enorme acordar com o sorriso e o abraço delas”

— Jessina Teixeira, mãe social

menores colocados sob seus cuidados”. Condições que, segundo a mesma lei, são “ideais ao seu desenvolvimento e reintegração social”. Ainda segundo a legislação, a atividade deve ser exercida em “instituições sem finalidade lucrativa, ou de utilidade pública de assistência ao menor abandonado, e que funcionem pelo sistema de casas-lares”. Esses espaços podem acolher até dez crianças em situação irregular, seja pela morte ou abandono dos pais ou pela incapacidade destes.

A legislação ainda determina que as mães-sociais devem ter a carteira de trabalho assinada e todos os direitos trabalhistas respeitados, dos benefícios previdenciários às folgas semanais e o reajuste de salário. Mas a legislação lembra que este é um ofício de caráter intermitente, que se estende pelo tempo necessário ao desempenho de suas tarefas. Entre as atribuições ainda está a administração da casa e a orientação dos acolhidos. Por isso, é pedido que as mães sociais tenham dedicação exclusiva ao ofício e durmam nas casas-lares. Para exercer a profissão, também são exigidos testes psicológicos e um período de treinamento e

estágio. Passando pelos testes, só é preciso ter mais de 25 anos e um curso de primeiro grau para assumir uma casa-lar.

Apesar de todas as especificações, a profissão costuma ser conhecida por acaso. Jessina, por exemplo, descobriu o ofício quando ficou desempregada e precisou buscar uma nova atividade para se sustentar. A colega Dayse Brandão, 34, também. Com magistério, ela chegou a dar aulas por dez anos, mas precisou procurar um novo emprego no ano passado. “A Agência do Trabalho me falou da oportunidade e eu resolvi conhecer. É um mundo diferente, mas me apeguei porque adoro crianças. E sei que estas estavam afastadas da família, precisando da nossa atenção e carinho”, afirma.

Foi há exatamente um ano que Dayse tomou essa decisão. Deixou a casa com o marido e os dois filhos para morar em outra residência e cuidar de nove crianças. Hoje, adora o trabalho. Cuida e brinca com os novos filhos e se emociona quando



se emociona quando

recebe um mimo e é chamada de mãe. “Sou uma mãezona”, fala Dayse, que ainda usa os dotes de professora para ajudar os meninos com as tarefas do colégio. Ela também faz questão de estar sempre presente no dia a dia dos filhos biológicos e do marido, seja dedicando todas as folgas para a família ou pelo telefone. Mas a mãe-social também diz que a porta da casa-lar está sempre aberta para as visitas da família, que não são poucas.

Claudete Maria da Silva, 42, também diz que não larga a atividade. “Casei minha filha e fiquei sozinha em casa. Queria fazer alguma coisa para não ficar só e resolvi conhecer o trabalho da minha irmã, que já era mãe-social. Quando cheguei, encontrei logo um bebê. Peguei ela nos braços e me apaixonei. Depois, fui visitá-la várias vezes, até entrar para o programa, há dois meses”, lembra. Hoje, ela é a mãe-substituta de Dayse. As duas moram na mesma casa e, quando Dayse sai de folga, Claudete assume a liderança do lar. Nem cuida mais do bebê que a tornou mãe-social, mas diz amar e se divertir com todos os sete meninos que vivem no local. Claudete também não esconde a ansiedade pelo Dia das Mães deste ano. “Vamos comemorar aqui sim, com todos juntos”, garante.



Para Jessina, o diálogo é o segredo para criar proximidade com as crianças e educá-las. Por isso, sempre conversa com cada filho e promove rodas de conversa com os acolhidos

A casa de Jessina também vai ter festa. A mãe-social estará de folga no domingo e está ansiosa pelo almoço com os filhos biológicos, mas sabe que vai comemorar com os filhos mais novos antes disso. Os pequenos não aguentam mais esperar. “Ela merece, é uma tia muito boa, nos dá muito carinho. Vou até fazer um desenho para ela. Vai ser uma menina abraçando um bebê”, conta o menor, de 7 anos. Jessina não esconde a emoção diante do depoimento. Ela lembra que já recebeu muitas crianças em situações degradantes nesses oito anos de casa-lar e diz que sua maior alegria é ver a mudança e o bem-estar dos pequenos.

“Elas chegam em situações muito difíceis. São abandonadas pela família, maltratadas. Muitas chegam aqui revoltadas e agressivas. Mas nós conversamos com elas, mostramos que estamos aqui para ajudá-las. Damos carinho, atenção e educação. Vamos conhecendo o jeito de cada

uma e conseguimos tratá-las do jeito que eles precisam. Muitas vezes a gente dá o que elas nunca tiveram. Com isso, vamos ganhando respeito e afeição. E a mudança delas é clara. Ficam mais felizes, carinhosas. É uma alegria enorme acordar com o sorriso e o abraço delas”, desabafa, dizendo que é tão mãe delas quanto dos filhos biológicos. “Me sinto mais do que mãe porque, além de ter muita responsabilidade, me doo por completo a essas crianças”, resume.

Programa começou no pós-guerra

Jessina, Dayse e Claudete trabalham na Organização Não-Governamental Aldeias Infantis, que surgiu em 1949 na Áustria e hoje possui casas-lares em todo o mundo. A ONG foi criada pelo educador Hermann Gmeiner, com o objetivo inicial de acolher crianças órfãs vítimas da II Guerra Mundial. O projeto cresceu, passou a atender outros menores abandonados, e hoje está presente em 133 países. No Brasil, está em 12 estados mais o Distrito Federal. São quase cinco mil menores em situação de vulnerabilidade social acolhidos.

Em Pernambuco, o programa existe desde 2005, com três casas lares no Recife, além de uma aldeia infantil, como as criadas originalmente por Gmeiner, com quatro casas, em Igarassu. A equipe no estado é formada por sete mães sociais e seis mães substitutas, atendendo a 51 crianças e adolescentes.

"As crianças e adolescentes cadastradas no banco de adoção, quando não adotados, permanecem no programa até os 18 anos. Para esses, realizamos um planejamento específico que se inicia na adolescência, com foco em desenvolvimento, qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, com vista na sua emancipação e autonomia", explica Manoel Araújo, assistente de desenvolvimento familiar e comunitário do programa Aldeias Infantis.

O programa vive de doações e recebe crianças e adolescentes encaminhados pelo Conselho Tutelar, após a destituição do poder familiar. Quando destituídos, eles ainda vão para o Cadastro Nacional da Adoção e ficam nas aldeias até encontrarem uma nova família ou um novo caminho profissional. "No geral, quem adota são famílias com uma boa estabilidade financeira. Não temos um percentual de crianças adotadas, mas reconhecemos que é baixo", lamenta Araújo.

Assunto: Casal faz anúncio em jornal do Pará para "adotar" babá de 12 a 18 anos

Fonte: Portal NE 10 PE

Data: 08/05/2015



BABA - Casal Evangelico - Precisa adotar uma menina de 12 a 18 anos que Resida, para cuidar de uma bebe de 1 ano que possa morar e estudar, ele empresario e ela tambem empresaria. Apresentar-se com os Pais ou Responsavel no

Um casal de empresários residente no estado do Pará publicou um anúncio em um jornal local no último sábado (2) em que dizia ter interesse em adotar uma menina de entre 12 e 18 anos para cuidar de um bebê. O anúncio afirmava ainda que o casal era evangélico e daria moradia e estudo à adolescente.

De acordo com a Folha de S.Paulo, que divulgou a

denúncia nesta sexta-feira (8), a juíza Claudine Rodrigues, presidente da Associação dos Magistrados Trabalhistas da 8ª Região, ligou para o telefone de contato do anúncio sem se identificar.

O homem do outro lado da linha teria dito que a vaga não poderia ser preenchida por alguém maior de 18 anos. O trabalho doméstico para menores é proibido pela lei brasileira.

Os empresários foram ouvidos e disseram que não solicitaram a publicação do anúncio. Uma terceira pessoa, que se identificou como amigo e procurador do casal, foi quem falou pelo telefone com a juíza, e teria publicado o anúncio. Israel Bahia, 72 anos, alega que o casal pediu que ele publicasse, mas que houve erro do setor de classificados do jornal.

"Não tinha nada de adoção ou contratação de menores. A atendente dos classificados foi quem errou. Estou ingressando com uma ação indenizatória de R\$ 1 milhão contra o jornal", disse à Folha.

Um inquérito policial foi instaurado para apurar o caso. As promotorias estadual e do Trabalho também devem investigar.

Assunto: Menino africano é encontrado em mala na fronteira espanhola

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 08/05/2015

jornal do commercio

A dona da mala, uma mulher de 19 anos, tentava cruzar a fronteira entre o Marrocos e o enclave espanhol de Ceuta.



O menino afirmou ter oito anos e ser originário da Costa do Marfim, segundo a Guarda Civil

Acuado, coberto de roupas e assustado, um menino da Costa do Marfim de oito anos foi encontrado escondido dentro de uma mala na qual deveria cruzar a fronteira entre o Marrocos e o enclave espanhol de Ceuta, informou nesta sexta-feira a polícia.

Uma mulher de 19 anos transportava a pequena mala com rodinhas quando foi

parada pelas autoridades na quinta-feira ao cruzar a passagem para pedestres deste enclave espanhol de menos de 20 km², localizado ao norte de Marrocos, explicou a Guarda Civil.

"Ao passar a mala pelo escaner, o operador observou algo estranho, o que parecia ser uma pessoa", relatou à AFP um porta-voz policial. "Ao abri-la, encontrou uma criança em uma condição lamentável", acrescentou.

Tratava-se de um menino que afirmou ter oito anos e ser originário da Costa do Marfim, segundo a Guarda Civil.

"Meu nome é Abu", afirmou a criança em francês, abrindo seus enormes olhos muito assustados, ao ser encontrado.

A jovem que o acompanhava, que não é sua mãe, "foi colocada a disposição da justiça", segundo a Guarda Civil.

Poucas horas depois, o pai da criança foi detido quando cruzava a fronteira. Originário da Costa do Marfim, ele vive no arquipélago espanhol das Canárias, localizado em frente à costa ocidental da África.

Assunto: Filhos de detentos com dificuldade para obter registro

Fonte: Diário de PE

Data: 08/05/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Problema acontece após decisão de juiz para evitar fraudes.



Maria Aparecida Souza tenta registrar o filho no fórum de Paulista.

O bebê de Ádna Xavier da Rocha, 23 anos, acaba de completar 10 meses. Desde o dia do parto, ela tenta registrar a criança, sem sucesso. Assim como Ádna, outras mulheres, cujos bebês são filhos de homens presos, também não conseguem garantir o direito de registrar seus filhos.

Em uma decisão polêmica, o juiz da 1ª Vara de Família de Paulista, Leonardo Asfora, recomendou ao cartório de registro, localizado no fórum, o encaminhamento de todos os pedidos de reconhecimento de paternidade de presos para sua análise e do Ministério Público de Pernambuco (MPPE). O magistrado faz ouvidas das mulheres e chega a pedir, inclusive, exame de DNA para confirmar a paternidade e assim, segundo ele, evitar fraudes. As mães reclamam ser vítimas de preconceito.

No caso de pai preso, ele assina uma procuração dando direito a mulher de reconhecer um bebê como filho dele.

Munida da documentação, a mãe segue com o pedido para o

cartório. O juiz explicou que passou a exigir a análise dos casos diante do aumento no número de pedidos de reconhecimento de presos que vem acontecendo desde 2013, quando assumiu a vara. “Os próprios funcionários do cartório me procuraram para falar sobre o assunto. O provimento 16, do Conselho Nacional de Justiça, diz que se o oficial de registros de pessoas naturais suspeitar de fraude, falsidade ou má-fé, submeterá o caso ao magistrado”, citou.

O magistrado disse que também se baseou em prisões ocorridas em junho de 2011, quando a Polícia Federal, o Ministério da Previdência Social e o Ministério Público Federal deflagraram a Operação Padrasto. A fraude consistia em aliciar mães de crianças cujos pais não constam da certidão de nascimento para que os presos, que tenham condições de receber o auxílio-reclusão, assumissem a paternidade. O juiz, no entanto, não constatou, até agora, nenhuma fraude. “Todos os pedidos de DNA feitos não retornaram”, disse. O magistrado afirmou, ainda, que comunicou o fato à corregedoria na tentativa de buscar uma uniformização da atuação do magistrado nesses casos.

O auxílio-reclusão é pago aos dependentes de trabalhadores que contribuem para a Previdência Social enquanto o segurado estiver preso. O valor é dividido entre os dependentes

legais do segurado como se fosse o cálculo de uma pensão e não aumenta de acordo com a quantidade de filhos que o preso tenha e é calculado de acordo com a média dos valores de salário de contribuição.

Em dezembro de 2013, no entanto, o corregedor geral em exercício, Jones Figueirêdo, publicou um provimento inédito no país facilitando o registro de nascimento até mesmo para o chamado pai socioafetivo. A partir do provimento, o padrasto poderia procurar diretamente os cartórios de registro civil, evitando processos longos na Justiça. “O direito não é absoluto. Se há suspeita de fraude, o juiz não deve simplesmente homologar o que se pede”, afirmou Leonardo Asfora.



Juiz Leonardo Asfora que está ouvindo as mulheres e pedindo exame de DNA para registrar filhos de presos

A insatisfação das mulheres foi denunciada por Marli da Silva, da Associação Pernambucana de Mães Solteiras (Apemas), após a instituição ser procurada por mulheres de reeducandos. Hoje pela manhã acontece uma audiência pública na Câmara de Vereadores do Recife, convocada pela Apemas, para discutir a situação.

“Os presos estão enfrentando dificuldade para obter o registro de nascimento dos filhos, impedindo as crianças de receberem benefícios do governo, como ter direito a vaga em creche, escola, visitar o pai e receber auxílio reclusão. Trata-se de um desrespeito ao Estatuto da Criança e Adolescente. Não cabe ao juiz investigar a situação. Se há fraude constatada posteriormente, cabe à Previdência retirar o benefício”, falou Marli da Silva.

Ela explica o aumento na procura dos registros com a campanha de reconhecimento da paternidade feita pela Apemas nos presídios do estado. A exigência de DNA também estaria acontecendo nos cartórios de registro civil de Paratibe e do Janga, em Paulista, e em Olinda, Camaragibe e Igarassu, segundo Marli da Silva.

Ádna disse que, sem o registro, está impedida de levar a filha ao médico porque o Imip exige o documento. “Meu marido não tem direito ao auxílio-reclusão e, além disso, já registramos nosso primeiro filho, com cinco anos”, lamentou. Maria Aparecida Souza Gomes, 20, disse que sentiu-se humilhada com o pedido de DNA. “Se o pai nem a família pediu DNA, porque o juiz pede? Isso é muito humilhante”, contou.

Aparecida conseguiu obter o registro do filho oito meses após o nascimento depois de procurar a Apemas e o cartório de Casa Amarela. “O DNA custa R\$ 380 e o estado não paga. A gente tem que dar do próprio bolso”, lamentou Rívian Aguiar, 19 anos. As três afirmam não receber o auxílio-reclusão.

Em nota, o MPPE disse que “a exigência de DNA não significa uma imposição de obstáculos às famílias, mas um esforço para identificar os supostos casos de fraude. A promotora destaca ainda que os pedidos estão sendo analisados caso a caso.”

Assunto: Mãe Coruja inaugura duas novas unidades no Recife

Fonte: Diário de PE

Data: 08/05/2015



O programa Mãe Coruja inaugura duas novas unidades nesta sexta-feira no Recife. Os espaços funcionarão dentro das Unidades de Saúde Ivo Rabelo, na Cohab, e Joaquim Cavalcanti, nos Torrões, Zona Oeste da cidade.

As Unidades Básicas Tradicionais (UBTs) Professor Ivo Rabelo e a Dr. Joaquim Cavalcanti receberam R\$ 581 mil em investimento para uma requalificação e também serão entregues nesta sexta.

Com a inauguração, o Projeto Mãe Coruja Recife disponibilizará cinco unidades em funcionamento, e visa cadastrar 2,4 mil mulheres grávidas por ano. Os outros espaços estão localizados nos bairros de Água Fria, Santo Amaro e Macaxeira, e somam cerca de 603 mulheres e 271 crianças assistidas.